

Senador não concorda com 17 AGO 1983 a moratória

Das sucursais

O senador Jutahy Magalhães (PDS-BA) defendeu ontem em Brasília a renegociação da dívida externa, no que foi apoiado pelo senador Marcondes Gadelha (PDS-PB).

Na visão de Jutahy, "a moratória pura e simples não seria conveniente pois o Brasil não teria condições de suportar, entre outras consequências, a falta de petróleo de cuja importação somos dependentes. Já nos encontramos em dificuldades para pagar nossas importações de petróleo, por isso se não recebemos injeção de divisas, a curto prazo, que nos permitam pagar nossas compras de óleo, em breve teremos de partir para um racionamento drástico dos derivados de petróleo e isto afetará enormemente nossa economia".

Já na perspectiva de Marcondes Gadelha, "a negociação de nossa dívida deve ser iniciada, com brevidade, para que haja tempo de preparação psicossocial da população a fim de enfrentar as dificuldades decorrentes da autarquização da economia. Estas dificuldades não serão maiores que as atuais, e haverá certo alívio de tensões bem como o direcionamento da economia dentro de objetivos escolhidos". Ele espera "razoável compreensão e apoio" de parte dos banqueiros e da comunidade financeira internacional.

Jutahy prosseguiu afirmando que "a renegociação terá de vir, pois o Brasil não terá condições de suportar, a curto ou médio prazo, os ônus dos juros altos e da deterioração dos preços dos nossos produtos no mercado internacional".

Mas a renegociação "será mais fácil em situação mais favorável para o Brasil o que não acontece agora. Por isto, temos antes de obter os recursos já negociados com os bancos, para 1983, a fim de que nos permitam saldar os atrasados e pagar as importações de que necessitamos, para então partirmos para a renegociação, sem correremos o risco de um pequeno credor solicitar a nossa insolvência".

SOFISMAS

O acordo do Brasil com o FMI foi qualificado ontem, em Porto Alegre, de "mafioso pela intenção, paquidérnico pela redação e maquiavélico pela fundamentação legal", pelo líder do PDS na Assembléia Legislativa, deputado Jarbas Lima.

Pelo PMDB, o deputado Cesar Schirmer respondeu que o acordo foi assinado por determinação do presidente da República e presidente de honra do PDS. Assim, segundo o opositor, dentro do raciocínio do deputado Jarbas Lima, "foi o presidente Figueiredo quem fez o acordo mafioso e portanto pertence à Máfia". Se foi o presidente quem fez o acordo "paquidérnico", "ele é, portanto, um paquiderme, e se fez o acordo maquiavélico, é, portanto, um maquiavélico".